

Planalto Piauí
Participações e
Empreendimentos
S.A.

Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Acionistas e Administradores da
Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 22 de março de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Thiago Ferreira Nunes
Contador CRC RJ-112066/O-0

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	624	761
Impostos a recuperar	5	27	15
Despesas antecipadas		<u>12</u>	<u>10</u>
Total do ativo circulante		<u>663</u>	<u>786</u>
Não circulante			
Impostos a recuperar	5	21	26
Imobilizado	6	<u>14</u>	<u>18</u>
Total do ativo não circulante		<u>35</u>	<u>44</u>
Total do ativo		<u>698</u>	<u>830</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	79	52
Obrigações trabalhistas	8	58	56
Obrigações fiscais		-	6
Outras obrigações		<u>6</u>	<u>6</u>
Total do passivo circulante		<u>143</u>	<u>120</u>
Patrimônio líquido	9		
Capital social		111.904	110.254
Prejuízos acumulados		<u>(111.349)</u>	<u>(109.544)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>555</u>	<u>710</u>
Total do passivo		<u>698</u>	<u>830</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	10	(1.854)	(2.320)
Outras receitas		<u>3</u>	<u>5</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(1.851)</u>	<u>(2.315)</u>
Resultado financeiro		46	60
Despesas financeiras		(4)	(4)
Receitas financeiras		<u>50</u>	<u>64</u>
Prejuízo do exercício		<u>(1.805)</u>	<u>(2.255)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(1.805)	(2.255)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.805)</u>	<u>(2.255)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>		Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>107.754</u>	<u>-</u>	<u>(107.289)</u>	<u>465</u>
Subscrição de capital	2.500	(2.500)	-	-
Integralização de capital	-	2.500	-	2.500
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.255)</u>	<u>(2.255)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>110.254</u>	<u>-</u>	<u>(109.544)</u>	<u>710</u>
Subscrição de capital	2.500	(2.500)	-	-
Integralização de capital	-	1.650	-	1.650
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.805)</u>	<u>(1.805)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>112.754</u>	<u>(850)</u>	<u>(111.349)</u>	<u>555</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.805)	(2.255)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício ao caixa líquido utilizado nas atividades operacionais:		
Depreciação	4	3
Aumento/redução de ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(7)	38
Despesa antecipada	(2)	(9)
Fornecedores	27	(106)
Obrigações trabalhista a recolher	2	9
Obrigações fiscais a recolher	(6)	1
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(1.787)</u>	<u>(2.319)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	-	(21)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>-</u>	<u>(21)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	<u>1.650</u>	<u>2.500</u>
Caixa líquido utilizado das atividades de financiamento	<u>1.650</u>	<u>2.500</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(137)	160
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	761	601
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	<u>624</u>	<u>761</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(137)</u>	<u>160</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A. (“Planalto Piauí” ou “Companhia”) foi constituída em dezembro de 2007, e tem sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 23º andar, salas 2303 e 2304 – parte, bairro Centro, Rio de Janeiro. A Companhia tem como objeto social a pesquisa mineral com prospecção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, a prestação de serviço de transporte ferroviário de carga, bem como participação em outras sociedades, na condição de acionista ou sócio-quotista.

A Companhia possui um projeto de exploração de minério de ferro nos municípios de Curral Novo, Paulistana, Simões e Betânia do Piauí, todos no Estado do Piauí, chamado de Projeto Planalto Piauí.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 13 direitos minerários sendo 6 Autorização de Pesquisa e 7 Concessões de Lavra, totalizando 19.089,35 (*) hectares.

O controle da Companhia é exercido pelo Opportunity Holding Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior que detém 99,99% das ações ordinárias.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e dará continuidade aos trabalhos de pesquisa como parte de seu plano de prospecção e desenvolvimento de seu projeto, conforme os padrões internacionalmente aceitos. Até que a Companhia gere recursos suficientes para honrar seus compromissos, a continuidade das atividades operacionais da Companhia depende do suporte financeiro por parte dos acionistas o qual detém capacidade financeira suficiente e intenção de subsidiar os projetos e/ou recursos de terceiros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia possui uma provisão de impairment de R\$80.030, que foi registrado em anos anteriores e foi baseado na perspectiva na ausência de infraestrutura local para escoamento do minério no momento de uma potencial exploração da mina. Dessa forma, a companhia registrou provisão para perda no valor recuperável referente ao custo investido do projeto desde a sua criação e a medida que as condições de infraestrutura local estejam satisfatórias, a companhia reavaliará o valor em uso do referido projeto. A Companhia avaliou as condições econômicas do projeto em 31 de dezembro de 2024 e concluiu que a provisão de impairment não deveria ser revertida.

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

1.1 SUAPE - Complexo Industrial Portuário

Em 26 de setembro de 2022, a Companhia assinou um contrato para arrendar uma área fora da poligonal do porto organizado de Suape. O contrato de arrendamento da área de 51,8 hectares é válido por 30 anos e foi assinado com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - Porto de Suape.

O contrato de arrendamento prevê o prazo de 3 anos contados da sua assinatura para que a Companhia possa desistir do arrendamento. Durante esse prazo de avaliação, não há geração de benefícios econômicos para a Companhia e ela ainda poderá desistir do arrendamento sem a imposição de qualquer pagamento, ônus ou indenizações.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui obrigações as quais devem ser registradas em suas demonstrações contábeis.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, complementadas pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros, mensurados a valor justo através do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui capacidade para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas com base no pressuposto de continuidade.

Em 19 de março de 2025, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Declaração de relevância

Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

A Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A principal premissa relativa a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo que poderiam causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, está discutida a seguir:

Redução dos valores de recuperação dos ativos imobilizado e intangível (impairment)

Os itens dos ativos imobilizado e intangível com prazo de vida útil definida que apresentem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros, econômicos e considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados por meio de realização do teste de recuperabilidade (impairment). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia possui uma provisão de impairment de R\$80.030 (sendo R\$ 2.336 no ativo imobilizado e R\$ 77.694 no ativo intangível) e não identificou indicativos de perda adicional quanto a recuperabilidade dos ativos de vida útil definida.

Vida útil dos ativos imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

A Companhia adota como procedimento a revisão periódica dos bens do ativo imobilizado com o objetivo de identificar possíveis perdas e efetua também, pelo menos anualmente, revisões da vida útil dos bem registrados no ativo imobilizado.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os depósitos bancários inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e de aplicação financeira com liquidez imediata. O caixa e equivalente de caixa são mensurados ao valor justo por meio de resultado através de hierarquia de valor justo de nível 2.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem passivo financeiro não derivativo: os saldos de fornecedores são mensurados ao custo amortizado.

b. *Provisões*

Em linha com o CPC25, uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

c. *Imposto de renda e contribuição social*

c.1 *Impostos sobre lucro*

A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios de 2024 e 2023.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui R\$ 28.699 e R\$ 30.723 de prejuízo fiscal e base negativa, respectivamente, não registrados nos livros contábeis em função de ausência de expectativa de lucro tributável.

d. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26 para especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: “o que significa um direito de postergar a liquidação; que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma companhia exercer seu direito de postergação e que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.”

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Adoção da norma não causará impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma companhia.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

A Adoção da norma não causará impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 – substituída pelo IFRS 18 em 09 de abril de 2024

Fornece orientação e exemplos para ajudar as companhias a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as companhias a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as companhias divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as companhias aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia Grupo, nem na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações contábeis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos conta movimento	2	1
Aplicações financeiras	<u>622</u>	<u>760</u>
	<u>624</u>	<u>761</u>

O saldo de aplicações financeiras é representado por valores investidos em fundos de investimento de renda fixa, mantidos em instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata. Em 2024, a remuneração média foi de 99% do CDI, (99,43% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

5 Impostos a recuperar

	2024	2023
IRPJ a recuperar	27	15
COFINS a recuperar	17	21
PIS a recuperar	<u>4</u>	<u>5</u>
	<u>48</u>	<u>41</u>
Circulante	27	15
Não circulante	21	26

6 Imobilizado

	Terrenos	Outros ativos ⁽ⁱ⁾	Provisão para impairment	Veículos ⁽ⁱⁱ⁾	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2.332</u>	<u>87</u>	<u>(2.419)</u>	<u>21</u>	<u>21</u>
Adições	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>2.332</u>	<u>87</u>	<u>(2.419)</u>	<u>21</u>	<u>21</u>
Depreciação acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>-</u>	<u>(83)</u>	<u>83</u>	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>
Depreciação no exercício	-	-	-	(4)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>-</u>	<u>(83)</u>	<u>83</u>	<u>(7)</u>	<u>(7)</u>
Em 31 de dezembro de 2024	<u>2.332</u>	<u>4</u>	<u>(2.336)</u>	<u>14</u>	<u>14</u>

	Terrenos	Outros ativos ⁽ⁱ⁾	Provisão para impairment	Veículos ⁽ⁱⁱ⁾	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.332</u>	<u>87</u>	<u>(2.419)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Adições	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21</u>	<u>21</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.332</u>	<u>87</u>	<u>(2.419)</u>	<u>21</u>	<u>21</u>
Depreciação acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>(82)</u>	<u>82</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Depreciação no exercício	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>1</u>	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>-</u>	<u>(83)</u>	<u>83</u>	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>2.332</u>	<u>4</u>	<u>(2.336)</u>	<u>18</u>	<u>18</u>

- (i) O saldo corresponde aos itens: Instalações, equipamentos, benfeitorias em prédios de terceiros e computadores e periféricos.
- (ii) A depreciação dos veículos é calculada pelo método linear, com base em uma taxa anual de 20%, correspondente a uma vida útil estimada de 5 anos.

7 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fornecedores é de R\$79 (R\$52 em 31 de dezembro de 2023), e é composto, principalmente, por compromissos de curto prazo assumidos com fornecedores de serviços contratados.

8 Obrigações trabalhistas

	2024	2023
Provisão de férias	12	16
IRRF a recolher	9	9
Encargos trabalhistas	19	14
Programa de participação nos resultados (PPR)	<u>18</u>	<u>17</u>
	<u>58</u>	<u>56</u>

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia é de R\$112.754 sendo R\$111.904 integralizado e R\$850 a integralizar (R\$110.254 em 2023), dividido em 5.379.110.543 ações ordinárias (156.888.320 ações em 2023), todas nominativas e sem valor nominal.

Em 22 de novembro de 2024, foi aprovado um aumento de capital no montante de R\$1.500 mediante a emissão de 5.000.000.000 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. O aumento foi realizado da seguinte forma R\$ 650 (seiscentos e cinquenta mil reais) integralizados em até 2 (dois) dias úteis e R\$ 850 (oitocentos e cinquenta mil reais) a serem integralizados até o dia 30 de junho de 2025.

Em 30 de abril de 2024, foi aprovado e integralizado um aumento de capital no montante de R\$ 1.000 (um milhão de reais) mediante a emissão de 222.222.223 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

Em 21 de março de 2023, foi aprovado um aumento de capital no montante de R\$2.500 (dois milhões e quinhentos de reais) mediante a emissão de 132.275.133 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. O aumento foi totalmente integralizado no ano de 2023.

10 Despesas gerais e administrativas por natureza

	2024	2023
Serviços contratados (i)	(657)	(1.239)
Salários e encargos	(852)	(790)
Viagens e representações	(77)	(60)
Veículos	(73)	(68)
Ocupação	(64)	(54)
Outras	(131)	(109)
	<u>(1.854)</u>	<u>(2.320)</u>

- (i) Com relação a 2023, os gastos dos serviços contratados se referem substancialmente aos serviços de sondagens e serviços técnicos em decorrência atualização do estudo de engenharia do projeto, de logística ferroviária e portuária de escoamento conforme informado na nota explicativa nº1.

11 Partes relacionadas

a. Remuneração dos administradores

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração (excluindo encargos e benefícios) paga aos administradores foi de R\$ 60 para o exercício de 2024 (R\$ 2.000 em 2023).

12 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Risco coberto	Vigência	2024	2023
Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O)	05/2024 a 11/2025	50.000	50.000
Seguro Frota	07/2024 a 07/2025	<u>4.796</u>	<u>4.755</u>
		<u>54.796</u>	<u>54.755</u>

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.